

Ilustríssimo Senhor Pregoeiro  
Ministério do Trabalho e Emprego - MTE  
BRASÍLIA – DF

**IBROWSE CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA.**, participante do **Pregão Eletrônico nº90003/2025 – Processo Administrativo nº19958.101373/2023-11**, vem, respeitosamente, a presença de V.Sa., por seu representante legal abaixo assinado, dizer e requerer o que segue:

Tomando ciência de interposição de recurso administrativo de parte da licitante DIGISYSTEM Serviços Especializados Ltda. esgrimando a classificação da Ibrowse, vem, tempestivamente, ofertar as CONTRARRAZÕES em anexo, requerendo se digne V.Sa. recebê-las, encaminhando-se à digna Autoridade Superior, para a devida apreciação, e a certa manutenção do decisum, com o improvimento do recurso aviado, que é o que se requer, como medida de direito e justiça.

Termos em que,  
Pede Deferimento.  
Brasília, 18 de julho de 2025.

---

IBROWSE CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA.



+55 51 3458 3160  
ibrowse@ibrowse.com.br  
Av. Antônio Carlos Berta, 475/1809 - Porto Alegre – RS  
CEP 91.340-020  
ibrowse.com.br



Digna Autoridade Superior

**Razões de Recurso Administrativo** que interpõe **IBROWSE CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA.**, participante do **Pregão Eletrônico nº90003/2025 – Processo Administrativo nº19958.101373/2023-11**, esgrimando a classificação da proposta da licitante vencedora

A empresas Digisystem e G4F não se conformam com a douta decisão do Sr. Pregoeiro que entendeu por bem classificar a proposta da Ibrowse, suscitando que a mesma violou o edital porque teria afrontado o disposto no item 4.87 do edital, implementando subcontratação além de 20% das horas previstas.

Equívoca a pretensão recursal, porque parte de premissa equivocada, confundindo subcontratação com contratação não celetista.

A regra do item 4.87, como se visualiza na transcrição no corpo do recurso, trata de vedação de SUBCONTRATAÇÃO. Nada fala sobre CONTRATAÇÃO NÃO CELETISTA. Veja-se o texto editalício:

“4.87 - Será admitida a **SUBCONTRATAÇÃO** em até 20% (vinte por cento) das horas previstas no ITEM 2 da contratação, para os casos em que a CONTRATADA não deter



+55 51 3458 3160  
ibrowse@ibrowse.com.br  
Av. Antônio Carlos Berta, 475/1809 - Porto Alegre – RS  
CEP 91.340-020  
ibrowse.com.br



para a execução de horas de serviço de consultoria especializada de apoio de projetos de TI conduzidos pela DTI. (grifamos).”

A subcontratação e a contratação não celetista são regimes diferentes de relação de trabalho.

Na SUBCONTRATAÇÃO, uma empresa contrata outra para executar parte ou a totalidade de um serviço que ela própria foi contratada para realizar, mantendo a responsabilidade principal com o contratante original.

Envolve duas empresas: a contratante e a subcontratada.

A empresa subcontratada executa parte ou a totalidade do serviço, mas a responsabilidade principal continua com a empresa contratante original.

Pode ser utilizada para otimizar recursos ou quando a empresa contratada não possui toda a expertise necessária.

Tem-se como exemplo uma empresa de construção civil, contratada para construir um prédio, subcontratando uma empresa especializada em instalações elétricas para realizar a parte elétrica da obra.

É isto que foi vetado no edital para além de 20%, mas não foi isto que explanou a Ibrowse como se vê em trecho transcrito nas suas razões:



+55 51 3458 3160  
ibrowse@ibrowse.com.br  
Av. Antônio Carlos Berta, 475/1809 - Porto Alegre – RS  
CEP 91.340-020  
ibrowse.com.br



“Assim, a empresa informa que a CONTRATAÇÃO de sua equipe dar-se-á de forma NÃO-CELETISTA, onde os encargos e benefícios não se aplicam na representação da planilha de custos e formação de preço. Ressaltamos que a empresa respeitará toda a legislação que envolve esta modalidade de contratação” (grifamos)

Destacamos que a Ibrowse possui mais de 700 colaboradores e foi acionada juridicamente em questões trabalhistas uma única vez nos últimos 5 (cinco) anos, comprovando seu compromisso e seriedade na contratação de seus profissionais.

Já a CONTRATAÇÃO NÃO CELETISTA refere-se a diferentes regimes de contratação que não são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), como contratos temporários, de estágio, ou contratos com pessoas jurídicas (PJ).

Na contratação não celetista não se seguem as regras gerais da CLT, podendo incluir diversos tipos de contratos, tais como: contratos temporários, para necessidades específicas e com prazo determinado; contratos de estágio, para estudantes; contratos com pessoas jurídicas (PJ), onde a empresa contrata outra pessoa jurídica para prestar o serviço; contratação de cooperados.

Cada tipo de contrato não celetista possui suas próprias regras e características.



+55 51 3458 3160  
ibrowse@ibrowse.com.br  
Av. Antônio Carlos Berta, 475/1809 - Porto Alegre – RS  
CEP 91.340-020  
ibrowse.com.br



Como exemplo de contratação não celetista uma empresa contratar um profissional autônomo, pessoa jurídica, para prestar serviços de consultoria por um período determinado.

Em resumo: A subcontratação é uma forma de terceirização parcial, onde a responsabilidade principal permanece com a empresa contratante original, enquanto a contratação não celetista engloba diversos tipos de contratos que não seguem a CLT.

Logo, errônea a argumentação aportada pela recorrente, porque parte de premissa totalmente equivocada, confundindo figuras jurídicas completamente distintos.

Não se olvide, outrossim, que foi apresentado o questionamento de nº57 à Administração, em 04/07/2025, às 13h57min, exsurgindo resposta que expressamente admite a contratação NÃO CELETISTA, como se vê literalmente:

"57. É obrigatório que os profissionais sejam CLT?

O Termo de Referência no 41/2025 não estabelece de forma expressa o tipo de vínculo empregatício a ser adotado pela contratada para seus profissionais, cabendo à empresa atender à legislação trabalhista vigente e garantir que os profissionais tenham condições de cumprir integralmente as atividades e responsabilidades previstas.

Cabe à empresa contratada garantir o atendimento a todas as obrigações legais e fiscais correspondentes ao regime de trabalho adotado." (o grifo é nosso)

Como visto acima, nesta resposta a questionamento, restou claríssimo que A CONTRATAÇÃO DE NÃO CELETISTA FOI EXPRESSAMENTE ADMITIDA, desde que, por óbvio, a legislação trabalhista pertinente seja atendida, o que não importa



atender todas as regras da CLT mas sim, a legislação pertinente. ESTÁ EXPRESSO NA RESPOSTA!!!

Se trata de ordem editalícia, porque como é de ciência geral, **as deliberações administrativas**, sejam precedentes ao edital ou mesmo no seu ínterim, **VINCULAM a Administração.**

Esclarecimentos, respostas e decisões administrativas obviamente VINCULAM a Administração ao que foi aportado aos licitantes, desde que de conhecimento de todos, ou seja, **impõem que a Administração siga estritamente estas suas deliberações.**

Luis Carlos Cancellier de Olivo, doutor em Direito pela UFSC, assevera esta “aderência” ao que “delibera”, como se vê nas seguintes passagens:

“Não é correto o entendimento de que o edital corresponde ao texto que fora originalmente publicado pela Administração Pública, pois se integram a este os esclarecimentos dados pela comissão de licitação a todos os interessados no certame.

(...)

Portanto, uma vez ministrados os elementos, as informações e os esclarecimentos, a declaração administrativa que os externa unifica-se formalmente ao edital, tornando-se parte que consubstancia o ato que instaurou a licitação. É fundamental lembrar que este ato administrativo deverá reger-se pela publicidade e isonomia, ou seja, deverá atingir a todos os licitantes e interessados no certame.

Para atingir os fins que a licitação busca, os dados esclarecedores e as orientações irão constituir de maneira permanente não apenas os atos da comissão de licitação, mas também as condutas das licitantes, a execução do contrato, os atos e decisões da futura contratante e o mais importante: o instrumento convocatório. Além disso, na manifestação da administração, com base nesses esclarecimentos, serão definidas as propostas, selecionada a vencedora, firmado e executado o contrato administrativo.

(...)

Ora, então uma vez prestado o esclarecimento diante de uma licitação, sendo esta continuada, ou seja, não contendo óbices, a própria comissão reconhece que as informações prestadas já faziam parte integrante do edital, desde seu nascedouro,



definindo através do provimento uma correção elucidativa da substância da licitação em curso.

(...)

Ao praticar e publicar o esclarecimento, fica a Administração adstrita a ele, em que, por conta de tal escolha objetiva baseada em informações certas do instrumento convocatório, torna-se impossível retroceder.

Isso porque pelo entendimento dos doutrinadores a Administração iria de encontro com o seu ato pretérito de convocação dos licitantes e na decisão dos esclarecimentos, passando por cima do princípio da boa-fé, ponto fundamental da moralidade administrativa, violando princípios como o da segurança e estabilidade jurídica, resultando em frustração da razão de ser do próprio edital.

Em síntese, a publicação do esclarecimento induz a realização da preclusão, com matéria lógica por não ser suscetível à adoção de ato contrário a ela e consumativa, pois exaure alternativas de atos da Administração." (o grifo é nosso)

("A Eficácia dos Pedidos de Esclarecimentos Relativos à Licitação", Jarrie Albani Leiria e Luis Carlos Cancellier de Olivo Aluno do Curso de Especialização em Direito e Doutor em Direito, ambos pela Universidade Federal de Santa Catarina)

Portanto, a Administração fica adstrita a um esclarecimento que publica, e seu descumprimento acarreta óbvia afronta ao princípio da estrita vinculação ao instrumento convocatório insculpido no art.5º da Lei nº14.133/1993 que rege o edital, que assim dispõe:

"Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, **DA VINCULAÇÃO AO EDITAL**, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do DecretoLei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro)." (o grifo é nosso)

Incide na espécie o princípio da estrita vinculação ao instrumento convocatório, o que impõe a manutenção da decisão classificatória.



+55 51 3458 3160  
ibrowse@ibrowse.com.br  
Av. Antônio Carlos Berta, 475/1809 - Porto Alegre – RS  
CEP 91.340-020  
ibrowse.com.br



Afora o princípio da estrita vinculação ao edital e atos administrativos que a ele aderem, também se apresenta o princípio do julgamento objetivo, vez que não é dado ao Administrador entender que um determinado requisito editalício, expressado em resposta a questionamento, seja tido como despiciente, imprestável, supérfluo, a medida que tal juízo estará sendo lavrado com notório subjetivismo.

Marçal Justen Filho, em sua obra "Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos", Dialética, São Paulo, 2005, à p.52, comentando o art.3º da Lei 8.666/93 que colaciona os princípios licitatórios, assim refere:

"A impessoalidade é emanção da isonomia, da vinculação à lei e ao ato convocatório e da moralidade. Indica vedação a distinções fundadas em caracteres pessoais dos interessados. Ao menos, os caracteres pessoais devem refletir diferenças efetivas e concretas (que sejam relevantes para os fins da licitação). Exclui o subjetivismo do agente administrativo. A decisão será impessoal quando derivar racionalmente de fatores alheios à vontade psicológica do julgador. A impessoalidade conduz a que a decisão independa da identidade do julgador."

Para que se atribua menosvalia à expressa menção de inviabilidade de CONTRATAÇÃO NÃO CELETISTA, se faz necessário uma SUPosição, DEDUÇÃO de que o esclarecimento é despiciente.

Implementar-se este raciocínio identifica óbvia subjetividade, vedada pelo mesmo art.5º antes transcrito.

Esta inviabilidade de presunção, imaginação, suposição, conjectura, para qualquer julgamento administrativo, por clara violação ao princípio do julgamento objetivo está muito bem tratada em aresto do Tribunal Pleno do TJRS, no





Mandado de Segurança nº70003617891, julgado em 18.03.02, publicado em 14.05.02, relatado pelo Des. ALFREDO GUILHERME ENGLERT. Diz a ementa:

"ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. FALTA DE JULGAMENTO OBJETIVO.

PRESUMIR A PREVISÃO DE CERTAS DESPESAS REPRESENTA JUÍZO SUBJETIVO, INCOMPATÍVEL COM O PRINCÍPIO DO JULGAMENTO OBJETIVO (LEI 8.666/93,ART.3º). TAMBÉM NÃO É DE SE PRESUMIR QUE, DA FALTA DE PREVISÃO DE CERTA DESPESA, O LICITANTE ARCASSE COM OS CUSTOS RESPECTIVOS.

NÃO É POSSÍVEL A ADMINISTRAÇÃO, EM LICITAÇÕES DIFERENTES, ADOPTAR DOIS PESOS E DUAS MEDIDAS: NUMA REJEITAR DETERMINADA PREVISÃO DE ENCARGOS SOCIAIS, PORQUE IRREAL; NOUTRA, AO INVÉS, ACEITAR TAL PREVISÃO SEM NENHUMA EXPLICAÇÃO." (o grifo é nosso)

E no corpo do voto do Desembargador Relator, a seguinte passagem:

"A propósito, ensina CARLOS ARI SUNFELD (Licitação e contrato administrativo, p.21, São Paulo, Malheiros, 1994):

**'O julgamento objetivo, obrigando a que a decisão seja feita a partir de pautas firmes e concretas, é princípio voltado à interdição do subjetivismo e do personalismo**, que põem a perder o caráter igualitário da lei do certame. De nada valeriam todos os cuidados da Constituição e da lei, ao exigirem a licitação e regularem seu processamento, se ao administrador fosse dado o poder de escolher o vencedor, a seu talante.'

Pois bem: "**presumir**" significa **imaginar, supor, conjecturar, suspeitar, prever, pressupor**, e assim por diante, raciocínios decalcados do sujeito em detrimento da aplicação indistinta do critério prévio baseado no objeto." (o grifo é nosso)

Logo, deduzir-se despiciente a permissão expressa aportada em resposta a questionamento identifica este raciocínio subjetivo vedado pela legislação pátria, não cabendo à Administração presumir, imaginar, conjecturar, suspeitar.

Por estes argumentos, imperativo o improvimento do recurso avariado, mantendo-se integralmente a douta decisão do Sr. Pregoeiro com a régia



manutenção da classificação da proposta da Ibrowse, em atenção a vários princípios editalícios, tais como vinculação ao edital, julgamento objetivo, isonomia, e enfim, legalidade, que é o que se requer, como medida de direito e justiça.

Termos em que,

Pede Deferimento.

Brasília, 18 de julho de 2025.

---

IBROWSE CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA.



+55 51 3458 3160  
ibrowse@ibrowse.com.br  
Av. Antônio Carlos Berta, 475/1809 - Porto Alegre – RS  
CEP 91.340-020  
ibrowse.com.br

